

Conflitos familiares e autogestão comunitária da água: experiência em uma comunidade quilombola do baixo sul da Bahia

Family conflicts and communitarian self-management of water:
experience on a 'quilombola' community in south of Bahia State

Cristina Larrea-Killinger

Doutora em Antropologia/Universitat de Barcelona. Departament d'Antropologia Social, Història d'Amèrica i Àfrica, Universitat de Barcelona. (larrea@ub.edu)

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, a partir de uma perspectiva antropológica e histórica, as dinâmicas sociais desenvolvidas em uma pequena comunidade quilombola do Baixo Sul da Bahia, para resolver os problemas de acesso à água destinada ao consumo humano. Levando em conta uma pesquisa etnográfica de 15 meses, entre os anos 2006 e 2012, os resultados apresentados no artigo apontam para uma reflexão sobre o acesso à água como processo sociocultural e destacam elementos simbólicos, políticos e econômicos. Analisam-se o papel das relações familiares e comunitárias que estruturam a atividade de coleta, armazenamento e conservação da água, assim como os aspectos simbólicos e religiosos que fazem da água um elemento de coesão social. O estudo das dinâmicas familiares, comunitárias e associativas é fundamental para compreender que, mais do que um problema técnico, o acesso à água constitui uma questão social complexa atravessada por conflitos e tensões que os funcionários da área de saneamento básico precisam conhecer.

Palavras-chave: Água de consumo humano, Antropologia, Conflitos familiares, Autogestão comunitária.

Abstract

The aim of this paper is to analyse, from an anthropological and historical perspective, social dynamics developed in a small "quilombola" community of Baixo Sul da Bahia to solve the problems of access to water for human consumption. Given an ethnographic study of 15 months, between 2006 and 2012, the results presented in this article will aim to discuss about access to water as a sociocultural process in which symbolic, political and economic elements are articulated. It analyses the role of family and community relationships that structure the activity of collecting, storing and conserving of water, as well as the symbolic and religious aspects that make water an element of social cohesion. The study of family, community and association dynamics is key to understand that, rather than a technical problem, access to water is a complex social problem traversed by conflicts and tensions that technicians in the field of basic sanitation should be aware of.

Keywords: Water for Human Consumption, Anthropology, Family Conflicts, Community self-management.

1. INTRODUÇÃO

No Baixo Sul do Estado da Bahia, é frequente, ainda, encontrar comunidades tradicionais cujas mulheres e crianças carregam baldes na cabeça para transportar água. Caminhar à procura de água em fontes e lagoas implica empenho e coragem, pois, muitas vezes, tem-se que enfrentar longas e

cansativas caminhadas pelo mato, com riscos, como sofrer uma mordida de cobra. O acesso à água segue sendo uma das atividades que mais tempo e esforço dependem as pessoas que não têm serviço público ou quando o serviço é irregular e muito deficiente. Nessas comunidades, os moradores se organizam a fim de obter e armazenar água suficiente para a realização

das atividades cotidianas, buscando alternativas diante da falta de políticas públicas.

Monte Alegre, uma comunidade quilombola situada no Baixo Sul baiano, e objeto principal deste artigo, tem um sistema de abastecimento de água deficiente, com problemas de autogestão comunitária no processo de manutenção e conservação. Situações como as descritas anteriormente são comuns no dia a dia.

O artigo analisa o modo com que as relações familiares e comunitárias se estruturam no processo de acesso, coleta e conservação da água, no cotidiano dessa pequena comunidade. No estudo de tal processo, a perspectiva relacional de Bourdieu (2002) permite analisar os *habitus* que organizam essas práticas. A partir de uma perspectiva etnográfica, se indaga da memória dos moradores a história do acesso às águas das fontes e o início dos conflitos familiares relativos a essa questão. Analisa-se a instalação do sistema de distribuição de água, assim como os problemas de autogestão comunitária para a manutenção e conservação do sistema. Por último, aprofunda-se o estudo das tensões e conflitos familiares que influenciam as práticas de acesso à água, bem como da continuidade das forças de coesão social que atuam para conservar a união familiar por meio de rituais religiosos de candomblé de caboclo.

2. METODOLOGIA

O projeto de pesquisa teve por objetivo estudar as condições de saúde e a sua relação com o meio ambiente. Neste artigo, leva-se em conta apenas a análise dos dados etnográficos, os quais permitem aprofundar o entendimento sobre os problemas de acesso à água para o consumo humano, a conservação, a manutenção e as atividades simbólico-religiosas que envolvem o uso das fontes de água.

O trabalho de campo teve uma duração de 15 meses, em distintas etapas, entre os

anos 2006 e 2012. A autora morou com uma família da comunidade e aplicou técnicas de pesquisa próprias da etnografia, como observação participante, conversas informais, entrevistas em profundidade e

aplicação de inquéritos. Implicada numa experiência etnográfica (MARCUS; FISCHER, 2000), cabe salientar que a sensibilidade e o respeito em compartilhar um complexo mundo de relações humanas marcam o rasgo distintivo da prática etnográfica (PINA CABRAL, 2008; KATZ; CSORDAS, 2003). Seguindo os princípios da etnografia colaborativa (LASSITER, 2005), a antropóloga se envolveu com os moradores da comunidade num processo de construção etnográfica entendida como prática fundamental de diálogo participativo. Por isso, realizou diversos cursos de alfabetização para adultos, reforço escolar para crianças escolarizadas e jovens não escolarizados e iniciação ao inglês, solicitados pela presidente da associação quilombola local, como parte de uma atividade participativa com a comunidade. Todas essas atividades fizeram parte do compromisso, responsabilidade e ética em pesquisa próprias da etnografia (LARREA-KILLINGER; OROBITG, 2000; NAROTZKY, 2004).

Apresentou-se o projeto em 2006 e, novamente, em 2010, sendo aprovado por parte da assembleia da associação comunitária, bem como o relatório final da pesquisa, em 2012¹. O projeto foi aprovado pela Universidade de Barcelona (2006) e pelos comitês de ética do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (2010-2011, parecer 044-10/CEP-ISC) e do Mestrado de Saúde, Ambiente e Trabalho da Faculdade de Medicina da mesma Universidade (2011-2012, parecer 356.261). O termo de consentimento informado foi

¹ A pesquisa etnográfica contou com apoio da CAPES, em 2010, por meio da bolsa de professora visitante do exterior. A partir do ano 2011, esse projeto se insere dentro da pesquisa "Saúde, Ambiente e Sustentabilidade de Trabalhadores de Pesca Artesanal" da UFBA, coordenado pela professora Rita Rego.

aplicado oralmente no início de cada entrevista em profundidade e assinado para aplicação do inquérito musculoesquelético. Os dados etnográficos procedentes dos diários, as notas e as transcrições de entrevistas foram analisados com apoio do programa de análise qualitativa Atlas-Ti, que segue o método da teoria fundamentada (STRAUSS; CORBIN, 1990; GLASER; STRAUSS, 1967).

3. RESULTADOS

3.1.A comunidade quilombola de Monte Alegre

3.1.1. Aspectos sociais e econômicos

A Ilha de Boipeba, onde se localiza a pequena comunidade quilombola de Monte Alegre, forma parte do arquipélago de Tinharé e se encontra protegida sob o estatuto de Área de Proteção Ambiental Tinharé-Boipeba, aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.240, de 05/06/1992 (SEMARH, 2005). A área de manguezal circunda quase toda a ilha de Boipeba. No entanto, os danos ao ecossistema, que comprometem a preservação do manguezal, da floresta e da fauna local, são decorrentes de atividades como a pesca de mariscos em época de defeso, a retirada imprópria de árvores de madeiras nobres para a comercialização, a caça de espécies protegidas para consumo e venda, a exploração de areia para construção de casas, dentre outras (CUNHA, 2013; SEMARH, 2005). Essa situação de degradação ambiental na Ilha compromete a mariscagem, principal atividade de subsistência dos moradores de Monte Alegre. Por outro lado, a proximidade da Ilha à plataforma marítima de Gás Natural do Campo de Manatí, que também coloca em risco as atividades de pesca artesanal, é “compensada” pela distribuição de *royalties* ao município de Cairu por parte do consórcio Petrobras, Queiroz Galvão e Norse Energy.

Na Ilha, existem quatro comunidades: Velha Boipeba, Moreré, São Sebastião (Cova da Onça) e Monte Alegre. A única

comunidade situada no interior da ilha é Monte, que sobrevive basicamente do extrativismo de mariscos (aratú, siri, guiamu, lambreta), do-trabalho nas fazendas de coco e da limpeza de mato em roças, caminhos e

pousadas. A maioria das famílias recebe ajuda do Programa do governo federal Bolsa-família e do Cheque Solidário (auxílio distribuído pela prefeitura de Cairu como benefício dos *royalties* da exploração de gás natural). Os moradores beneficiam-se pouco das atividades do turismo por residirem no interior, distante da praia. No entanto, algumas mulheres da comunidade trabalham, temporariamente, durante o verão em algumas pousadas de Moreré.

A comunidade se formou nos anos 40 do século XX, graças à compra de terrenos devolutos, no leilão, por parte de um reputado curandeiro da região do Baixo Sul, conhecido como Zé Caetano. O assentamento cresceu a partir da união dos descendentes de Zé Caetano, principalmente com os de uma família extensa que morava na antiga comunidade de Areia Branca, perto de São Sebastião (Cova da Onça), localizada na mesma Ilha. Após a morte de Zé Caetano, somente ficaram quatro dos filhos e os descendentes deles, sendo que os outros filhos venderam ou abandonaram as terras para morar em Velha Boipeba.

Hoje, moram na localidade, aproximadamente, 120 pessoas. As famílias se distribuem em 30 residências situadas em três ruas de areia (Pindoba, de Baixo, do Prédio), sendo a maioria das casas construída de taipa, piso de cimento e telhado de cimento amianto. Contam com energia elétrica desde o final da década de 80 do século XX e, há cinco anos, conseguiram instalar o sistema de abastecimento de água autogerenciado pela comunidade de moradores de Moreré e Monte Alegre. Atualmente, continuam com problemas de infraestutura e de poluição da água, fatos que afetam sua saúde (CUNHA, 2013).

Poucas famílias têm banheiro e fossa séptica, sendo que a maioria enterra

as fezes, já que na comunidade não há sistema de esgotamento sanitário. Foi solicitada à Secretaria de Saúde da Prefeitura de Cairu, em 2010, a construção de banheiros, mas até agora não foram instalados. Uma parte do lixo é queimada, sendo a maior parte coletada pelo trator da Prefeitura, várias vezes por semana. Os moradores se responsabilizam por manter os quintais e as ruas limpas para evitar a concentração de cobras que poderiam colocar em risco a vida das crianças.

Em Monte Alegre, há apenas uma escola de ensino fundamental até a terceira série, sendo necessário, para continuar os estudos, os alunos se deslocarem em trator contratado pela Prefeitura, para a comunidade de Velha Boipeba, onde foi construído, recentemente, um Posto de Saúde que atende, também, aquela comunidade. Entre os anos 2010 e 2013, os moradores de Monte Alegre receberam visitas médicas periódicas duas vezes por mês, mas esse atendimento foi suspenso após a instalação do novo Posto de Saúde de Velha Boipeba, que conta ainda com serviço de uma ambulância para casos mais graves.

Na comunidade, não há nenhuma igreja católica nem evangélica. Recebem visita do padre católico de Cairu, que oficia missa a cada dois ou três meses, e, mais recentemente, de uma igreja evangélica da comunidade vizinha, uma vez por semana. Uma parte da comunidade continua mantendo as tradições religiosas do candomblé de caboclo, transmitidas pelo fundador Zé Caetano, o que tem atraído o turismo. Dentre essas tradições, estão as que combinam catolicismo e candomblé de caboclo, sendo as mais conhecidas as celebrações de Santo Antônio, São João, Santa Bárbara, São Cosme e São Damião e Terno do Reis.

3.1.2. Aspectos simbólicos e religiosos das fontes

As fontes de água constituem um espaço simbólico significativo, para os moradores de Monte Alegre, durante as celebrações

religiosas, em especial, a festa de São João. Antes da morte de Zé Caetano, as fontes mais antigas, como as da Sereia e Cachoeira, tinham os seus nomes relacionados com a vida religiosa e comunitária. Porém, depois da morte do fundador, algumas novas fontes receberam o nome dos descendentes que hoje ocupam as terras distribuídas por Zé Caetano.

O nome da fonte da Sereia, situada na Rua de Baixo, representa um dos santos orixás mais importantes para Zé Caetano, Oxum, orixá das águas doces. Lembram suas filhas e netas que, nas festas mais importantes, como de São João e Santo Antonio, padroeiro da comunidade, os nativos acabavam tomando banho nessa fonte. Antigamente, era muito mais caudalosa, mas com a quebra da proibição de retirar pedra do local, considerada sagrada, depois da morte do fundador, o caudal sofreu redução, chegando a secar, certa vez, durante a estação sem chuva. A partir daquele momento, nunca mais se celebrou brincadeira religiosa e a fonte passou a ser usada pelas mulheres para lavar roupa e armazenar água em baldes, que eram transportados às casas. Apesar de, hoje em dia, a água da fonte estar contaminada, algumas mulheres ainda descem pela Rua de Baixo para coletá-la quando a distribuição de água encanada deixa de funcionar.

A fonte de Cachoeira tinha o nome de um assentamento antigo, que não existe mais. Aproximadamente há 30 anos, os moradores foram morrendo e os remanescentes migrando para Moreré. Essa fonte está fora do limite da comunidade, no caminho de área de manguezal usada pelos marisqueiros e marisqueiras. Hoje em dia, essa a fonte é a que leva água para ser distribuída às comunidades de Moreré e Monte Alegre, por meio de bomba. Como é a fonte com maior caudal, as mulheres a usam, sobretudo, na estação de verão, para lavar roupa ou coletar água quando não funciona o sistema de distribuição operado por autogestão.

Atualmente, na comunidade de Monte Alegre, as pessoas usam outras fontes para lavar roupa e coletar água (Prédio, Jandira, Maro), mas, somente a de Jandira é utilizada para as atividades rituais. Esta fonte e a de Maro se situam próximas à Rua da Pindoba. A fonte de Jandira está situada no terreno onde mora uma das netas de Zé Caetano, hoje em dia presidente da associação quilombola, e serve para que ela, as filhas e as netas lavem a roupa. Também é usada para celebrar o banho de São João, uma vez que essa tradição religiosa foi recuperada anos depois da morte de Zé Caetano, pela referida neta do fundador, que é praticante do candomblé de caboclo. Ocasionalmente, é utilizada pelos irmãos e irmãs dessa neta, que moram na mesma rua e com os quais guarda estreitas relações de reciprocidade, para tomarem banho quando falta água nas casas.

A fonte de Maro encontra-se situada no terreno da irmã da presidente da associação, e é utilizada para lavar roupa, tanto por ela mesma quanto pelas irmãs e cunhadas, bem como para distribuir água à torneira da presidente, depois do fechamento da fonte de Sarapião, origem do principal conflito familiar que levou à separação definitiva da família. Esta fonte tem pouco caudal e não é muito recomendável para lavar roupa, sobretudo na estação de verão.

A fonte do Prédio abastece uma tia da presidente e os seus filhos, assim como a Escola. Às vezes, esta água é usada pelos moradores da Rua de Baixo, quando o caudal da fonte da Sereia é mínimo. Sua água vem do mesmo córrego da fonte de Sarapião, hoje desativada.

3.2. Os conflitos familiares e os problemas de acesso à água

O acesso à água da fonte de Sarapião foi cortado em decorrência de uma briga, há aproximadamente 15 anos, entre a neta e a filha de Zé Caetano. As duas ostentam, hoje em dia, o poder econômico dentro da comunidade, por serem proprietárias das duas vendas e bares de bebidas alcoólicas situados nos extremos das ruas da Pindoba

e do Prédio. A neta de Zé Caetano concentra tanto o poder religioso, por continuar com as tradições religiosas de candomblé de caboclo do seu avô, quanto o político, por ser a presidente da associação quilombola. Já a filha de Zé Caetano, que colaborava com a parteira da comunidade, uma de suas irmãs (mãe da neta), continua mantendo estreitos vínculos com lideranças e vereadores do Município. Depois do conflito, foi acusada pela sobrinha de feiticeira.

O conflito, conhecido na comunidade como “briga de meninas”, foi o que levou à intervenção e à ameaça entre os parentes que defendiam os interesses de uma ou de outra. Os adultos brigaram entre si e, no dia seguinte, a família da neta de Zé Caetano, ofendida pelo sucedido, realizou a denúncia correspondente na delegacia do município de Cairu. Foi depois da denúncia que a tia da denunciante fechou o caminho de acesso à única fonte que não secava durante o verão. Isso fez com que a parteira, por apoiar a filha, deixasse de falar com a irmã. Esta teve apoio dos outros dois irmãos que moravam na comunidade, sendo que o caçula retomou a relação, mais tarde, com a parteira por motivos religiosos.

Para se chegar a essa fonte, situada no terreno de outro proprietário, chamado Sarapião, era necessário passar por um caminho que atravessa o terreno da filha de Zé Caetano. O impedimento da passagem, na época, motivou o fechamento do acesso à água para as famílias que hoje em dia moram na Rua da Pindoba, levando-os a ficar sem água por 15 dias. O marido da neta derrubou a cerca, mas a Justiça determinou que ninguém tinha o direito de passar por esse caminho sem o consentimento da filha de Zé Caetano, decisão considerada muito injusta pelas famílias afetadas, por se tratar de um terreno herdado de um homem que sempre foi valorizado como justo e religioso.

A “briga de meninas” e o impedimento do acesso à fonte de Sarapião levaram a comunidade a procurar outras soluções. Com urgência, solicitaram a um proprietário vizinho a permissão para utilizar sua água enquanto o problema não fosse resolvido.

Quanto à neta, não conseguiu retirar a cerca que impedia a passagem, pois a tia contava com o apoio de um vereador de Boipeba e outro de Cairu. Até hoje, a passagem está fechada. Antes do conflito, a fonte abastecia toda a comunidade havia mais de 19 anos, apesar do terreno ser, originariamente, propriedade de Zé Caetano.

Depois de brigar na Justiça sem êxito, a neta recebeu de presente um motor, da parte do filho do fiscal de Moreré, para bombear a água da fonte de Maro, situada próxima do quintal dela, até a casa, para ser distribuída por meio da instalação de uma torneira aos parentes (mãe, irmãs, cunhadas e sobrinhas) da mesma rua. O filho do fiscal ajudou, também, a filha de Zé Caetano a instalar outro motor para bombear água do mesmo córrego que alimentava a fonte do Sarapião até o lugar chamado Prédio, local onde ela morava e que, mais tarde, foi construída a escola. Hoje em dia, o Sr. Sarapião está morando em casa da filha, na cidade de Valença, afetado por uma grave enfermidade que a neta de Zé Caetano considera causada por ele ter ficado do lado da tia e haver deixado passar sede e necessidade as pessoas do outro lado da rua.

Na casa da neta, era frequente observar as mulheres chegando de manhã cedo e de tardinha com uma bacia que enchiam de água no quintal e colocavam na cabeça com ajuda de um pano enrolado, denominado de “rodilha”. Dependendo da necessidade, as mulheres voltavam uma ou duas vezes mais para encher de novo a bacia que carregavam com cuidado e transportavam andando até em casa. Essa prática de coletar água era chamada de “caminho de água”. Às vezes, as filhas e os filhos ajudavam também, sendo que as meninas colocavam um balde menor na cabeça, e os meninos preferiam apoiar no ombro. Poucas vezes os homens se envolviam nessa tarefa, a não ser que o motor estivesse quebrado ou que se precisasse caminhar mais distante para conseguir água em outras fontes, como a da Cachoeira, por ter um caudal maior. Aqueles

que não tinham um jegue deviam fazê-lo andando com baldes grandes carregados no ombro, ou com ajuda de um pedaço de madeira que, colocado no ombro, permitia situar um balde em cada extremo.

Como o motor que bombeava a água ficava em casa da neta, esta solicitava sempre ajuda econômica para o pagamento do consumo de energia, mas se queixava que poucos parentes davam algum dinheiro por considerá-la mais rica. O marido da neta era o responsável pela limpeza do reservatório, realizada de quinze em quinze dias, e de adicionar cloro depois de limpo. A mulher se sentia responsável pela saúde das crianças e, por isso, não se esquecia de aplicar sem excesso, pois os moradores consideravam o sabor ruim, além de acreditarem que prejudicava a visão.

O motor quebrava com frequência, o que a levava a neta ao desespero por ter que adotar outras alternativas. Ela se queixava que a quebra do motor estava relacionada com o uso excessivo de água, sobretudo durante o verão, e recomendava aos parentes que coletassem somente a água para preparar alimentos, beber e dar banho nas crianças pela noite. As outras atividades que requeriam mais água, como lavar roupa e tomar banho, deveriam ser realizadas diretamente nas fontes.

Houve circunstância em que a neta brigou com a irmã mais velha por ter ido pegar água para o genro que estava construindo uma casa. Para essa atividade, que requeria muita água, era preciso que os homens fossem coletá-la diretamente na fonte de Cachoeira. Também discutiu com a mulher do sobrinho, porque soube que usava a água da torneira para lavar roupa em casa.

Com a quebra constante do motor, a presidente tomou a decisão de comprar outro. Preferiu assumir sozinha a compra, porque não podia aguardar o dinheiro a ser coletado ou procurar outra solução, já que sofria problemas de saúde. A compra da bomba foi parcelada e instalada dois dias depois por um técnico. As irmãs e cunhadas continuaram pegando água e, como a torneira estava perto da venda, aproveitavam

a viagem para acertar compras que depois os filhos levavam em casa.

3.3.A instalação do sistema de água e a autogestão comunitária

Os problemas de acesso à água em Monte Alegre e as dificuldades que os moradores de Moreré enfrentavam por conta do turismo levaram a comunidade a se organizar para conseguir instalar o sistema de abastecimento de água.

A associação comunitária de Moreré-Monte Alegre se organizou, em 2006, para levantar os recursos necessários que facilitassem a construção do sistema. Um dos problemas principais que motivaram a mobilização dos moradores de Moreré era o uso indiscriminado que os proprietários das pousadas e os turistas faziam da água durante a estação do verão, o que comprometia o caudal das principais fontes. Queixavam-se de que tinham que abrir poços e armazenar água de chuva. No entanto, para os moradores de Monte Alegre, o risco principal era ficar sem água devido ao pouco e variável caudal das fontes, com exceção da fonte de Cachoeira que estava longe da comunidade e fora dos seus limites.

A Associação se organizou para solicitar a instalação do sistema na fonte da Cachoeira ao proprietário do terreno, que sempre concedeu o uso da água, mas desde que beneficiasse apenas os nativos e não as pousadas. Com o apoio de uma liderança residente na cidade de Salvador, proprietária de uma casa em Moreré há mais de 20 anos, que estava envolvida no processo da formação da comunidade quilombola de Monte Alegre e na constituição da associação de moradores Moreré-Monte Alegre, todos se organizaram para efetuar o pedido. Essa liderança, muito ativa em Monte Alegre por ser comadre da presidente e a única proprietária de um pedaço de terra na comunidade, convocou diversas reuniões com os moradores das duas comunidades para viabilizar a instalação do sistema de abastecimento de água junto à Companhia

de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia-CAR.

O fato de se iniciar uma demanda conjunta por parte das duas comunidades provocou diversos problemas de relação. Os moradores de Moreré e Monte Alegre guardavam relações de parentesco e apoio desde tempos históricos. Com frequência, os homens de Moreré subiam todos os fins de semana para beber e dançar em Monte Alegre, comunidade conhecida pelas suas brincadeiras, tanto religiosas quanto de lazer. Já os homens de Monte Alegre desciam a Moreré, em alguns fins de semana, para jogar bola, e as mulheres para participar na celebração das cerimônias religiosas da igreja católica. Não obstante, com a demora da instalação do sistema e, mais tarde, com os conflitos que apareceram por conta da autogestão comunitária, as relações entre Monte Alegre e Moreré se tornaram muito tensas.

No início das primeiras reuniões para formular o pedido, os moradores de Monte Alegre rejeitavam ser tratados da mesma forma que os de Moreré, por considerarem ter distintas necessidades e maneiras de fazer. Por um lado, tidos como os mais pobres pelas outras comunidades da Ilha, estranhavam que, na hora dos benefícios, nunca suas necessidades eram priorizadas, ao contrário, julgavam-se usados pelos moradores de Moreré para estes conseguirem recursos em benefício próprio. Desconfiavam que diversos recursos a que tinham direito, por serem quilombolas, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Cairu, como a instituição do CRAS, beneficiavam apenas os moradores/eleitores de Velha Boipeba e Moreré.

A resistência a serem tratados como uma comunidade só, com suas especificidades e necessidades, quando se tratava de reclamar direitos, e a distribuição desigual dos benefícios levaram a constantes discussões e conflitos. Muitas pessoas de Monte Alegre opinavam que os nativos de Moreré consideravam ter mais direitos pelo fato de trabalharem com turistas. A água, dessa forma, teria um

consumo maior nessa comunidade, enquanto Monte Alegre voltaria ao mesmo problema de escassez. A pressão pelo reconhecimento das diferenças entre as duas comunidades fez com que conseguissem a construção do centro comunitário quilombola em Monte Alegre, não previsto inicialmente. No entanto, problemas de gerenciamento da instituição responsável pela construção do sistema de abastecimento de água (CAR) levaram, em 2007, ao atraso do projeto. Três anos depois, o sistema já estava concluído, porém funcionando de forma inadequada, devido à falta de uma boia para controlar a água quando o tanque estivesse cheio, aos problemas de funcionamento da bomba por operar todo o tempo, bem como ao vazamento da água no sistema. Nesse mesmo ano, foi concluída a construção do centro comunitário quilombola, com apoio financeiro da Petrobrás e colaboração de jovens da comunidade de Monte Alegre, que receberam capacitação para pedreiro.

Diversos homens da Rua Pindoba reclamaram, na época, que o sistema de abastecimento de água estava mal feito e que os técnicos da CAR, ao construírem a barragem e instalarem a bomba, não levaram em conta suas opiniões, desprezando a experiência dos nativos. Mais tarde, os fatos mostraram alguns problemas que poderiam ser evitados. Destacaram, ainda, que durante o processo de construção da casinha que guarda a bomba, foram encontradas enterradas “coisas do índio”, mas que os técnicos levaram, ao invés de deixarem em Monte Alegre.

Quando o sistema de abastecimento de água começou a funcionar com maior regularidade, em 2010, as mulheres da Rua Pindoba deixaram de ir às fontes para lavar roupa e priorizaram fazê-lo em casa. Tal mudança de comportamento diminuiu o contato entre as mulheres e, também, entre as crianças que as acompanhavam. No entanto, muitos moradores de Monte Alegre continuaram a usar o abastecimento da torneira do quintal da fonte Jandira, pois a água encanada se apresentava muito suja e

somente era útil para lavar roupa e tomar banho. E a presidente da associação, continuava, também, se queixando pela falta de contribuição financeira, com exceção da mãe e de um sobrinho, para o pagamento da conta de energia elétrica que alimentava a bomba.

A associação comunitária Moreré-Monte Alegre decidiu cobrar pelo consumo domiciliar da água uma taxa mensal de R\$ 5,00 por casa. O dinheiro coletado foi utilizado para contribuir no pagamento da energia elétrica. Houve resistência a tal pagamento, sobretudo por parte dos moradores de Moreré, por considerarem a água muito suja e a sua melhoria de responsabilidade da prefeitura. Em muitas reuniões, o presidente da associação, residente em Moreré, esclareceu aos moradores que se tratava de um sistema de autogestão comunitária e que não era de competência da prefeitura nem resolver os problemas da qualidade da água e nem o pagamento da energia. O presidente e a liderança residente em Salvador que apoiava os moradores eram de opinião em manter a autogestão comunitária, para que os moradores pagassem um preço mais baixo pelo consumo.

Numa reunião com a Secretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Cairu, na própria comunidade, em julho de 2010, um dos vereadores de Boipeba informou que a qualidade da água não podia ser garantida porque o sistema ainda não estava concluído. Diante da Secretária, o vereador informou que o presidente da associação não estava cobrando a taxa de R\$ 5,00, sendo que a taxa estava sendo cobrada, mas ninguém o desmentiu frente à Secretária de Saúde da Prefeitura, mulher do então prefeito. Três meses depois, a situação tornou-se crítica devido à acumulação dos problemas de pagamento das contas de água por parte dos consumidores. Por isso, o presidente teve que deixar de pagar a conta de energia elétrica pela conexão da bomba. Várias famílias de Moreré acumulavam entre duas e três contas de água e, por isso, os

moradores de Monte Alegre se queixaram, em diversas reuniões com a associação, por ser os únicos a pagarem as contas em dia. O principal problema era a má gestão da associação, por acumular as contas, não indo às casas cobrá-las, por não entregar as contas pagas, com atraso de semanas e até meses, o que levava, às vezes, a associação a perder o controle de quem já havia pago, além do desleixo dos moradores que esperavam que a prefeitura assumisse o pagamento até que a água fosse tratada.

Os conflitos entre moradores e associação ameaçaram, continuamente, o funcionamento da autogestão do sistema. De um lado, o presidente estava revoltado por ser tratado, muitas vezes, como um funcionário, apesar de não receber salário, e, principalmente, por seu nome ter sido colocado no SPC devido ao atraso no pagamento da conta de energia, impedindo-o de comprar qualquer produto parcelado nas lojas da Cidade. De outro lado, os moradores não queriam continuar pagando uma água de má qualidade e nem assumindo o custo de uma bomba que nunca era desligada e que desperdiçava muita água. Apesar do Conselho Diretor da Associação ter reconhecido a necessidade de comprar um dispositivo automático para desligar a bomba, não havia condições financeiras para assumir o custo.

Passado um ano, a situação era a mesma. O problema para pagar as contas de energia permanecia, aliás, se agravou, pois o débito, com o tempo, aumentou. A questão antiga da bomba e a quebra de tubulação pelo trator da escola local contribuíam para o vazamento de mais água. O Conselho Diretor da Associação propôs, então, ao marido da presidente, ligar e desligar a bomba, visando reduzir o custo de energia. Após algum tempo, houve um abatimento do custo de energia, mas o marido começou a questionar essa sua tarefa devido aos comentários de parentes que o acusavam de estar sendo beneficiado por realizar tal serviço. Em Moreré, houve pessoas que se recusaram a pagar a conta de água porque deixaram de usá-la. Como a situação se

tornou insuportável, o presidente da associação Moreré-Monte Alegre assumiu aumentar a conta de água para um valor mínimo de R\$ 10,00, seguindo o mesmo padrão da Embasa (prestadora do serviço público de abastecimento de água da sede do Município), e colocar hidrômetros nas casas. Esse valor mínimo seria pago por um consumo domiciliar mensal mínimo de 10.000 litros. Um consumo maior implicaria um aumento variável do valor a ser cobrado. Os moradores de Monte Alegre não se queixaram, pois sabiam de sua necessidade e queriam pagar dentro do prazo, mas os de Moreré não concordaram com o aumento do valor e a instalação dos hidrômetros. Os de Monte Alegre estavam cientes que tinham mais necessidade, além do orgulho de pagar em dia.

O presidente notificou que o hidrômetro seria colocado em casas que quisessem continuar sendo beneficiadas pelo sistema, enquanto que, para aqueles que não desejassem o medidor, a ligação domiciliar seria cortada. Com essa medida, o presidente se queixou do aumento de inimizades na comunidade e do sentimento de estar sozinho, pois os moradores o responsabilizavam pelo não conserto dos vazamentos nas tubulações, bem como da bomba. A partir desse momento, ele manifestou o desejo de cobrar diárias para realizar esses trabalhos, pois já não seria mais de maneira voluntária. Ficou clara a diferença de opinião da presidência de conceder 15 dias para a regularização dos pagamentos com a dos moradores que defendiam um prazo de dois ou três meses. Durante a discussão referente a cortar a água dos inadimplentes, as pessoas manifestavam, mais uma vez, sobre a má qualidade da água.

Uma vez colocados os hidrômetros e iniciado o processo de coleta dos R\$ 10,00 por casa, as mulheres de Monte Alegre voltaram a lavar roupa nas fontes para economizar água e não ultrapassar o consumo mínimo requerido. Em várias ocasiões, o presidente da Associação tentou convencer a presidente da associação

quilombola a cobrar as contas na comunidade. Porém, ela se negou devido aos conflitos com os parentes da outra rua. Uma das sobrinhas da outra rua coletou o dinheiro, mas não houve sucesso. Devido aos conflitos, os moradores de Monte Alegre decidiram descer para pagar a conta de água em Moreré, caso o presidente não pudesse cobrar diretamente na comunidade.

Em uma ocasião, coletaram mais dinheiro para fazer um mutirão e consertar a barragem que, além de mal feita, estava sendo destruída por algumas pessoas que saíam para caçar paca. Quase 20 homens de Moreré e Monte Alegre participaram do mutirão. Um morador de Monte Alegre, que colaborou no mutirão como pedreiro, manifestou se sentir satisfeito de ter participado e que estava disposto a continuar contribuindo, enquanto o sistema fosse autogerido e a prefeitura não estivesse envolvida.

Os problemas de irregularidade do abastecimento de água continuaram em 2012. Os moradores chegaram a ter que usar água da fonte do Prédio depois de dois meses sem água, mas a prefeitura proibiu o seu uso para evitar que as crianças da escola não ficassem sem água. Por isso, os moradores voltaram a coletar água na fonte da Cachoeira. Os homens eram os responsáveis por encher os baldes nessa fonte, e as mulheres continuaram usando a fonte da Sereia. Os adultos e crianças tomavam banho nessas duas fontes.

O reservatório de água, um tanque com grande capacidade de armazenamento situado na rótula do caminho Moreré-Monte Alegre, permanecia por muito tempo sem tampa. A preocupação de algumas pessoas, depois de ter limpo o tanque e encontrado animais mortos no seu interior, como um urubu e um saruê, era a qualidade da água. A maioria das mulheres começou a procurar água em outras fontes e armazenar água de chuva nos tanques. Por isso, não era de se estranhar que um estudo revelasse que todas as pessoas apresentavam problemas de saúde, como infecção por parasitas (CUNHA, 2013). Em uma visita de

pesquisadores da universidade, foi entregue, como solução provisória, um plástico para cobrir o tanque; porém, algum tempo depois, colocou-se uma nova tampa.

3.4.A força do parentesco e o mundo ritual

Os conflitos familiares que desembocaram na interrupção do caminho de acesso a uma das fontes principais continuaram com a implantação do abastecimento de água e a autogestão comunitária do sistema, apesar da parceria entre Monte Alegre e Moreré ter gerado tensões entre as duas comunidades. A concentração de poder político na Rua Pindoba, com a construção do centro comunitário quilombola, e a responsabilidade, por parte do marido da presidente, em ligar e desligar a bomba reforçaram o conflito e a divisão familiar. As “focas” e acusações de feitiçaria continuaram durante as irregularidades no funcionamento do sistema, bem como os problemas de autogestão comunitária. Mesmo com a tentativa por parte do Conselho Diretor da Associação Moreré-Monte Alegre de comprometer os dois lados da família para a cobrança das contas de água, não houve acordo. Foi conseguida, apenas, certa aproximação entre os dois lados com o mutirão que reuniu homens de Moreré e Monte Alegre, contato que era frequente entre eles nos torneios de futebol.

A mãe da presidente continuou celebrando cerimônias religiosas para manter unida a família e evitar que o conflito se transformasse em algo muito mais grave. Com o profundo desejo de que as brigas, as focas, as ameaças de morte, os conflitos de terras e as acusações de feitiçaria, que continuavam marcando a divisão familiar, terminassem, ela rezou sempre com muita fé, envolvendo a todos, os filhos e filhas, netos e netas, bisnetos e bisnetas. A mãe da presidenta transmitiu oralmente os cânticos das rezas às filhas e netas e o respeito de todos pelo espírito de Zé Caetano, com o intuito de devolver a paz e prosperidade a Monte Alegre. Somente a invocação dos

santos encantados e do espírito de Zé Caetano poderia assegurar que a paz voltasse a Monte Alegre, uma comunidade desunida depois da morte do curador. Por isso, a tradição religiosa do candomblé de caboclo continuava com força para garantir que algum dia a vida harmoniosa e alegre do passado voltasse ao presente e devolvesse à família a união.

4. CONCLUSÃO

Uma perspectiva teórica relacional (BOURDIEU, 2002) que situa o foco na ação dos agentes que atuam num campo social permite levar em conta a relação dupla e recíproca entre as estruturas objetivas e aquelas que são incorporadas pelos sujeitos. As práticas de acesso à água compartilhada pelos parentes da comunidade quilombola estudada são resultado das forças sociais que estruturam o mundo da comunidade, por um lado, e do *habitus*, por outro. Define-se o *habitus* como um conjunto de “princípios geradores e organizadores das práticas” que não implica, necessariamente, em um objetivo que obedeça a regras fixas, enquanto propicia potencialidades e esperanças subjetivas para a realização das práticas (BOURDIEU, 1991, p. 99).

Esse sentido estruturante aplicado ao acesso à água parte de uma história que ativa as experiências passadas e se perpetua em práticas estruturadas que regulam, objetivamente, e dão continuidade às práticas sociais. Sendo o mundo social das relações de parentesco o que incorpora a presença ativa do passado, as práticas de conseguir água formam o *habitus* com independência dos agentes sociais que as realizam. Desse modo, a força do parentesco garante a história que determina a continuidade da prática de acesso à água com sucesso.

No entanto, quando as dinâmicas do parentesco mudam, no caso desta comunidade, como resultado de um conflito familiar, o *habitus* que organiza as práticas de procurar água implicam em uma improvisação e reativação do sentido dessas práticas, como do sentido objetivado que dão

coerência às experiências. Estabelece-se um mundo de sentido comum, que concilia as experiências de todos os agentes que participam e atuam. Desse modo, a força do parentesco reativa mecanismos de ação e sentido que, no caso de Monte Alegre, são garantidos pela reprodução simbólica e religiosa do candomblé de caboclo. Tensões e conflitos familiares que afetaram as práticas de acesso à água continuam sendo, hoje em dia, controlados pela eficácia do ritual.

A organização de uma associação em parceria entre duas comunidades historicamente diferentes implicou uma vontade artificial, no sentido associativo de Tönnies (1979), ou seja, os moradores tinham direitos e obrigações diferentes dos exercidos na comunidade. Em Monte Alegre, por ser uma comunidade onde os vínculos de parentesco constituem a base das relações sociais, a mudança de uma vida comunitária para outra associativa, com a finalidade de resolver os problemas de acesso à água, não está sendo fácil. A resistência a participar de trabalhos voluntários regulares, o pagamento de um valor variável pelo consumo de água de qualidade precária, a “domiciliação” de tarefas domésticas, como a lavagem de roupa, o risco de continuidade de acesso à água devido às dificuldades internas da autogestão comunitária, levam a mudanças profundas com as quais a comunidade de Monte Alegre está aprendendo a lidar.

Apesar das dificuldades de autogestão comunitária num mundo social atravessado pelos conflitos familiares e as tensões comunitárias, o clientelismo político segue aproveitando-se dessas fragilidades para reforçar as desigualdades sociais e justificar o abandono institucional. Os vereadores de Boipeba, concededores do conflito familiar, continuam captando votos de maneira dividida. Os visitantes continuam reforçando as diferenças, escolhendo ir a um bar e não ao outro. Somente em duas ocasiões os políticos atuaram com a intenção de aproximar os dois lados da família: a visita quinzenal do médico ao

centro comunitário quilombola e a inauguração desse centro com o nome de Zé Caetano. Ações estas que ocorreram em período de eleição, e que não tiveram continuidade.

O fato de conhecer essas dificuldades não justifica o descaso das instituições. As políticas públicas devem continuar dando o apoio necessário aos processos de autogestão comunitária e respeitar as dinâmicas internas que reforçam a união da comunidade, já que o acesso à água é um direito fundamental.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *El sentido práctico*. Madrid: Taurus Humanidades, 1991.
- _____. *Razones prácticas*. Sobre la teoría de la acción. Barcelona: Anagrama, 2002.
- CUNHA, G.M. *Prevalência da infecção por enteroparasitas e sua relação com as condições socioeconômicas e ambientais em comunidades extrativistas do município de Cairu-Bahia*. 2013. 222f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- GLASSER, B.G.; STRAUSS, A.L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.
- KATZ, J.; CSORDAS, T. Phenomenological ethnography in sociology and anthropology. *Ethnography*, v. 4, n. 3, p. 275-288, 2003.
- LARREA-KILLINGER, C.; OROBITG, G. Planteamientos para una ética intersubjetiva: el trabajo de campo, la aplicación de la antropología y la ética etnográfica. *Antropologando. Boletín universitario de Antropología: profesionalismo y tolerancia ¿Crisis ética en las ciencias sociales?* Universidad Central de Caracas, p. 410-26, 2000.
- LASSITER, E.L. Collaborative ethnography and public ethnography. *Current Anthropology*, v. 46, n. 1, p. 83-106, 2005.
- MARCUS, G.; FISCHER, M. *La antropología como crítica cultural*. Un momento experimental en las ciencias humanas. Barcelona: Amorrortu editores, 2000.
- NAROTZKY, S. Una historia necesaria: ética, política y responsabilidad en la práctica antropológica. *Relaciones*, v. 98, n. XXV, p. 109-145, 2004.
- PINA CABRAL, J. Sem palavras: etnografia, hegemonia e quantificação. *Mana*, v. 14, n. 1, p. 61-86, 2008.
- SEMARH. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/BA. *Revisão e Atualização do Zoneamento de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba*. Salvador: SEMARH / MRS Estudos Ambientais Ltda, 2005.
- STRAUSS, A.L.; CORBIN, J. *Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park Calif. : Sage, 1990.
- TÖNNIES, F. *Comunidad y asociación*. El comunismo y el socialismo como formas de vida social. Barcelona: Ediciones Península, 1979.

Agradecimento: A autora agradece o apoio da CAPES (Pesquisador Visitante Exterior, 2010) para o desenvolvimento da pesquisa etnográfica. Também agradece aos moradores de Monte Alegre por sua generosidade.